

# VIII SIMPÓSIO DA CIÊNCIA DO AGRONEGÓCIO

05 E 06 DE NOVEMBRO DE 2020  
PORTO ALEGRE - RS

ISBN: 978-65-86232-99-8



## “INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NO AGRONEGÓCIO”

### Organizadores:

Ângela Rozane Leal de Souza - UFRGS  
Daniela Callegaro de Menezes - UFRGS  
Letícia de Oliveira - UFRGS  
Samanta Ongaratto Gil - UFRGS  
Murilo Campos Rocha Lima - UFRGS

Realização

Apoio

Patrocinadores





# ANAIS DO VIII SIMPÓSIO DA CIÊNCIA DO AGRONEGÓCIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL**

**REITOR**

**Prof. Carlos André Bulhões**

**VICE-REITORA:**

**Profa. Patrícia Helena Lucas Pranke**

**PRÓ-REITORA DE ENSINO**

**Profa. Cintia Inês Boll**

**VICE PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Prof. Júlio Otávio Jardim Barcellos**

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO**

**Profa. Adelina Mezzari**



**CEPAN**

**AGRONEGÓCIO  
UFRGS**

**DIRETOR**

**Prof. Jean Philippe Palma Revillion**

**VICE-DIRETORA**

**Profa. Kelly Lissandra Bruch**

**COORDENADORA DO PPG-AGRONEGÓCIOS**

**Profa. Daniela Callegaro de Menezes**

**COORDENADORA SUBSTITUTA DO PPG-AGRONEGÓCIOS**

**Profa. Líris Kindlein**





## A Relação de Confiança no Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecção e Artefatos de Algodão Colorido da Paraíba

### The Relationship of Trust within the Local Production Arrangement of Clothing and Colorful Cotton Artifacts from Paraíba

Débora Mara Correa de Azevedo<sup>1</sup>, Verônica Schmidt<sup>2</sup>, Kelly Lissandra Bruch<sup>3</sup>

#### Resumo

As empresas do setor têxtil têm buscado matérias-primas produzidas em sistemas de produção menos agressivas ao meio ambiente. Nesse contexto, o algodão naturalmente colorido se mostra como uma opção a indústrias e consumidores preocupados com os danos causados ao meio ambiente, especialmente porque essa qualidade de algodão traz alternativas tanto à fase de produção, quanto à de beneficiamento. No Brasil, o algodão naturalmente colorido tem a sua principal produção no Estado da Paraíba, onde está localizado o Arranjo Produtivo Local (APL) das Confecções e Artefatos de Algodão Colorido. O presente estudo tem o objetivo de analisar o constructo confiança no APL do algodão colorido da Paraíba. Para atingir este objetivo foram coletados dados no Estado da Paraíba, mediante entrevistas, aplicação de questionário e observação. Os dados coletados e analisados indicaram que nas empresas de maior projeção a confiança aparece com mais força do que entre os artesãos que não trabalham com confecção de roupas, demonstrando a existência de oportunismos

**Palavras-chave:** fibra alternativa, relacionamentos, aglomeração.

#### Abstract

*Textile companies have been looking for raw materials produced in production systems that are less aggressive to the environment. In this context, naturally colored cotton is an option for industries and consumers concerned about the damage caused to the environment, especially since this quality of cotton brings alternatives to both the production and the processing stages. In Brazil, naturally colored cotton has its main production in the State of Paraíba, where the Local Productive Arrangement (APL) of the Cotton Fabrics and Crafts of this State is located. The present study had to analyze the trust construct in APL of the colored cotton of Paraíba. To achieve the objectives, data were collected in the State of Paraíba, through interviews, questionnaire application and observation. The data collected and analyzed indicated that in the companies with the highest projection, trust appears more strongly than among artisans who do not work with clothing.*

**Keywords:** alternative fiber, trust, agglomeration.

## 1 Introdução

As empresas do setor têxtil, na busca por atender ao mercado consumidor e preocupados com questões ambientais, passaram a demandar matérias-primas produzidas dentro de sistemas de produção menos agressivos ao meio ambiente, com a finalidade de diferenciar seus produtos em face do consumidor (SOUZA, 2000).

Os problemas ambientais mais importantes na cadeia têxtil do algodão convencional estão na produção agrícola, em razão da grande quantidade de defensivos usados no cultivo da fibra, e na etapa de acabamento, devido ao uso de substâncias tóxicas empregadas para alvejar e tingir os produtos (SOUZA, 2000).

Nesse contexto, fatores como a conscientização ambiental, o potencial mercado e benefícios comerciais derivados de uma produção mais sustentável, têm levado muitas indústrias a considerar sua maneira de operar (VILHA; CARVALHO, 2000). O algodão naturalmente colorido se mostra como uma opção que está atraindo atenção de indústrias e de consumidores preocupados com questões ambientais (SILVA, 2005), especialmente porque este traz alternativas tanto à fase de produção do algodão quanto à de alvejamento e tingimento dos tecidos.

<sup>1</sup>Mestre em Agronegócios/Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>- [debora.correa@ufrgs.br](mailto:debora.correa@ufrgs.br)<sup>1</sup>

<sup>2</sup>Doutora em Medicina Veterinária/Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>2</sup>- [veronica.schmidt@ufrgs.br](mailto:veronica.schmidt@ufrgs.br)<sup>2</sup>

<sup>3</sup> Doutora em Direito/Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>3</sup>- [kellybruch@gmail.com](mailto:kellybruch@gmail.com)<sup>3</sup>



No Brasil, o algodão colorido é oriundo do melhoramento genético desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Desde meados da década de 1980, a Embrapa Algodão vem realizando trabalhos de melhoramento genético com a finalidade de selecionar cultivares de fibra colorida, produtivas e de boas características. Até o presente, foram lançadas comercialmente cinco novas cultivares: BRS 200, BRS Verde, BRS Rubi, BRS Safira e BRS Topázio, as quais começaram a ser desenvolvidas no início de 1990. Tal inovação, conforme, Farias, técnico da Embrapa Algodão, tem a finalidade de tornar a fibra do algodão apropriada para tecelagem pois, em seu estado natural, o algodão colorido possui a fibra muito curta e se rompe facilmente no processo de fiação.

Diante disso, o estado da Paraíba passou a ser referência na produção, beneficiamento, manufatura e comercialização de produtos feitos a partir do algodão colorido, formando-se assim o Arranjo Produtivo Local de Confecções e Artefatos de Algodão Colorido do Estado da Paraíba (APL), o qual existe desde 2000, ano em que surgiu a primeira cultivar do produto. O APL abrangeu todo o Estado da Paraíba, uma vez que em todas as regiões se realizam alguma das atividades inerentes: plantio e descaroçamento no Sertão e Agreste; a fiação, em maior parte, em Limoeiro/PE mas, também, em pequenas empresas em Campina Grande; produção de malha e tecido, em João Pessoa; artesanatos e rendas, em diversas regiões paraibanas; confecções, em Campina Grande-PB e João Pessoa-PB.

O Comitê Gestor do APL foi criado em 07 de dezembro de 2011 e integra microempresários, produtores e suas organizações, bem como instituições de apoio (EMBRAPA, APEX, SENAI, SEBRAE, Bancos Públicos e Privados, Governo do Estado, MAPA, SFA-PB e CONAB-PB). O Comitê Gestor do APL tem como objetivo articular todos os elos envolvidos na cadeia produtiva da pluma.

Visando compreender melhor a dinâmica existente neste APL, o presente estudo tem como objetivo verificar como a confiança é estabelecida entre os seus atores. Visando atender a este objetivo, o presente artigo foi estruturado em cinco partes. A primeira compreende esta introdução. Na segunda, apresenta-se o referencial teórico necessário para enfrentar este objetivo, tratando-se do arranjo produtivo local como ferramental teórico e abordando o constructo da confiança no âmbito deste referencial. Na terceira parte apresentam-se os procedimentos metodológicos empregados para se atingir este objetivo. Na quarta parte são apresentados os resultados e conclusões, abordando-se o relacionamento entre os atores do APL com foco na confiança e interdependência. Ao final, apresentam-se as considerações finais.

## 2 Referencial teórico

### 2.1 Arranjo Produtivo Local

O termo Arranjo Produtivo Local tem origem nos conceitos de aglomeração de empresas, os quais foram apresentados por Marshall (1920) no livro *Principles of Economics*, em 1920, tendo como ponto central do estudo os ganhos gerados por fatores locais, normalmente vinculando questões geográficas e condições físicas à proximidade do mercado consumidor. Dessa forma, considerando que a nomenclatura APL foi criada para o ambiente brasileiro, necessário se faz uma breve revisão desse conceito.

Para Cassiolato e Lastres (2003), a formação de Arranjos Produtivos Locais encontra-se “associada a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum”. Portanto, “são mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores”. Os autores mencionam, ainda, que o conceito de arranjos produtivos locais se refere àquelas aglomerações produtivas cujas



interações entre os agentes locais não são suficientemente desenvolvidas para caracterizá-los como sistemas.

Cabe referir, também, o entendimento de Sacomano Neto (2009), no sentido de que os arranjos produtivos envolvem concentração de quaisquer atividades similares ou interdependentes no espaço, não importando o tamanho das empresas, nem a natureza da atividade econômica, podendo esta pertencer ao setor primário, secundário ou, até mesmo, terciário, variando desde estruturas artesanais, com pequeno dinamismo, até arranjos que comportem grande divisão do trabalho entre as firmas e produtos. Um APL pode englobar uma cadeia produtiva estruturada localmente ou concentrar-se em um ou alguns elos de uma cadeia produtiva de maior abrangência espacial, seja ela regional, nacional ou até mesmo internacional.

Conceitualmente, nas definições expostas pela literatura estrangeira, não existe referência ao termo Arranjo Produtivo Local (APL). Esta nomenclatura é uma designação dos estudiosos brasileiros. Não há, assim, uma tradução ou conceituação específica em outros países. As aglomerações organizacionais demonstram-se na literatura internacional através dos padrões ilustrados anteriormente, todavia mediante a conceituação de *cluster* (CUNHA, 2008).

De forma mais genérica, um APL é: “(...) *uma forma de organização industrial, cuja estrutura é constituída por um aglomerado de empresas – de um modo geral de pequeno e médio porte – localizadas territorialmente e relacionadas entre si por uma miúda divisão do trabalho*” (COSTA; COSTA, 2005, p.).

Cassiolato e Szapiro (2003) se observam, ainda, que nos APLs há uma busca por aliar características de “dependência de trajetória” das firmas, práticas culturais comuns, trocas de competências e mecanismos de governança.

## 2.2 Confiança

A confiança é uma variável que comporta uma gama de conceitos multidisciplinares e, conseqüentemente, torna-se um elemento de difícil mensuração e definição. Nesse sentido, Lopes e Baldi (2005) referem que a confiança, como resultado da existência de laços sociais, desempenha papel chave na formação de arranjos cooperativos.

Assim, quanto mais denso e extenso forem os laços de confiança entre os parceiros da rede, mais comprometidos eles estarão, estabelecendo, assim, uma teia de reciprocidade e reputação da rede formada. Além disso, a confiança entre os parceiros da rede se intensifica à medida que o compartilhamento e discussão das informações sobre mercado, tecnologias e resultados das firmas também são intensificados (PERROW, 1992). Para que estes laços de confiança se estabeleçam e se mantenham é indicado que mecanismos de incentivo e governança também sejam claramente definidos evitando, assim, a desconfiança e o oportunismo dentro das relações em rede (VELUDO et al., 2006).

No caso do presente estudo, é abordada a confiança interorganizacional em rede, a qual, conforme Zaheer et al. (1998), pode ser diferenciada da confiança pessoal. Essa última refere-se à confiança depositada por um indivíduo em outro indivíduo; aquela, a dimensão interorganizacional, refere-se ao nível de confiança partilhado pelo grupo de indivíduos em uma determinada organização no relacionamento com outra organização, com a qual estabelece transações repetidas; reflete procedimentos institucionalizados durante a sucessão de transações e interações que ocorrem no relacionamento entre as organizações.

Gulati (1995), por sua vez, explica que confiança pode diminuir a apreensão de que um parceiro vai agir oportunisticamente. Ele argumenta que a ideia de confiança em interorganizações é construída pela interação repetida destas organizações. Por meio destas interações, as organizações aprendem sobre cada uma e desenvolvem confiança. Outra importante consequência é a expectativa de comportamento; a incerteza sobre o comportamento



do outro é uma das principais apreensões de firmas que querem estabelecer arranjos organizacionais cooperativos. Minimizando o comportamento oportunístico, a confiança limita os custos de transação de uma relação de troca e provê um mecanismo de controle substituto. Essas consequências são importantes, porque firmas estão imersas em densa rede de relações sociais e sua reputação deve ter papel crucial em suas potenciais alianças futuras. Ainda, conforme o autor, muitas firmas se engajam em alianças repetidas umas com as outras.

Mesmo havendo divergências sobre a definição do construto confiança entre as diversas disciplinas, identifica-se pelo menos um ponto em comum a todas as áreas: as condições que devem existir para que a confiança seja desenvolvida. A primeira é risco, ou seja, a probabilidade de perda, quando interpretada por uma das partes decisoras; a segunda é interdependência, onde os interesses de uma parte não podem ser atingidos sem a colaboração de outra (BREI; ROSSI, 2005).

Quando se fala em compromisso, confiança ou partilha de valores e normas de cooperação, dentro do contexto dos relacionamentos, prevalece sempre a bilateralidade. Ou seja, compromisso, confiança ou relacionamento nascem, crescem e amadurecem se ambas as partes envolvidas – fornecedores e clientes – cumprirem com o seu papel e se ambas considerarem a manutenção do relacionamento importante. Por isso, estudar o lado do fornecedor não é, assim, despiciendo, sobretudo se se trata de verificar se os determinantes da confiança e do compromisso relacional são os mesmos para os clientes e para os fornecedores (MARQUES; COELHO 2004).

Por meio da confiança, o comportamento de cooperação é desenvolvido e disseminado. A confiança contribui ainda para o compartilhamento de informação entre os parceiros, que pode conduzir a níveis satisfatórios de compensação coletiva. Nesse ínterim, as ações proativas desenvolvidas pelos parceiros de negócio podem conduzir à geração de valor no aglomerado por meio do desenvolvimento de parcerias estratégicas (ZHANG; CHEN, 2008; CAO; ZHANG, 2011).

Cunha e Melo (2006) argumentam que “a confiança tem sido destacada como um instrumento vital para a realização de parcerias mais flexíveis e eficientes” e, por essa razão, tem sido indicada como necessária para a realização de alianças eficazes em diferentes cenários.

A inter-relação entre firmas vem modificando a forma como os negócios são estruturados e administrados. As recentes transformações econômicas exigem das empresas a habilidade de elevar seus níveis de qualidade, reduzir custos e inovar continuamente. Nesse novo cenário, empresas que mantêm estrutura tradicional encontram dificuldades para acompanhar as exigências do mercado porque, ao contrário das novas configurações organizacionais (APL), as tradicionais não dispõem da habilidade de adaptação e rápida resposta, exigidas pelo mercado (VERSCHOORE; BALESTRIN, 2008; KLEIN; PEREIRA, 2013).

Baseada essencialmente na confiança entre parceiros, a cooperação manifesta-se por meio da complementaridade de competências (compartilhamento). Nesse sentido, o respeito aos acordos firmados (comportamento), o comprometimento e o diálogo (comunicação) entre as partes buscam minimizar os conflitos de interesses, favorecendo o objetivo geral que é o alcance de melhores resultados (DIAS, 2009; BORGES et al., 2013).

Nessa seara, os comportamentos construtivos dos parceiros que ocorrem, principalmente, por meio do compartilhamento de informações e da transferência de conhecimentos, favorecem a longevidade das relações e dos negócios das empresas parceiras. A confiança mútua reduz a incerteza e favorece os relacionamentos, fortalecendo as alianças estratégicas entre as organizações envolvidas (GASPAR; BORGATO; LIMA, 2013).

Ainda, segundo Williamson (1985), três níveis de comportamento baseados no interesse próprio podem ser identificados. A forma mais forte, da qual trata a economia dos custos de transação, é o oportunismo. A forma semiforte é o simples comportamento baseado no interesse



próprio, e a obediência é a forma fraca. O oportunismo, segundo a concepção de Williamson (1985), significa o comportamento baseado na astúcia. Na maior parte das vezes, o oportunismo envolve formas sutis de engodo, que tanto podem ser formas ativas ou passivas e também formas *ex ante* e *ex post*. Geralmente, essas práticas estão associadas à revelação incompleta ou distorcida de informações com a finalidade maior de enganar, alterar, disfarçar, ofuscar, ou, de algum modo, confundir parceiros numa transação (WILLIAMSON, 1985).

Assim, as firmas envolvidas em relacionamentos interorganizacionais estarão preocupadas com o possível comportamento oportunista dos seus parceiros. Neste sentido, verifica-se a necessidade de se reduzir o nível de incerteza, incrementando a possibilidade de predição sobre o comportamento cooperativo satisfatório do parceiro (BEGNIS; ESTIVALETE; PEDROZO, 2007).

Ainda, em relação ao oportunismo, com base no conceito construído por Williamson (1985), esse seria a busca do interesse próprio com malícia, decorrente da presença de assimetrias de informação, que dão origem a problemas de risco moral e seleção adversa.

Para Zylberstajn (1985), oportunismo resulta da ação dos indivíduos na busca do seu autointeresse. Entretanto, no entendimento do autor, o autointeresse ainda pode ser buscado de maneira não oportunista. Para ele o oportunismo parte de um princípio de jogo não cooperativo, no qual a informação que um agente possa ter sobre a realidade não acessível a outro agente pode permitir que o primeiro desfrute de algum benefício do tipo monopolístico, trazendo à tona uma conotação ética comportamental dos indivíduos, que na base da teoria dos custos de transação, apenas assume que os indivíduos podem agir de modo oportunístico.

Williamson (1985), por sua vez, não chega a afirmar que todos os indivíduos são oportunistas, mas esclarece que, alguns indivíduos, são oportunistas apenas parte do tempo. Para o autor, raramente a confiança é perceptível *ex ante* e basta apenas que algum indivíduo tenha a possibilidade de agir oportunisticamente uma vez para que os contratos fiquem expostos a ações que demandam monitoramento, ou seja, salvaguardas são criadas *ex post* como formas de monitoramento. Portanto, assumir o comportamento oportunista não significa negar o comportamento ético pois, segundo Farina, Azevedo e Saes (1997), “a ausência *a priori* de um comportamento oportunista eliminaria a razão de existência da ética”, ou seja, ambos os conceitos coexistem.

Por esses motivos, nas transações econômicas as partes buscam se precaver do comportamento dos demais agentes. Porém, as salvaguardas contratuais, a coleta de informações e até mesmo a utilização do sistema judiciário implicam em custos para se evitar prejuízos decorrentes de uma ação oportunista (AZEVEDO, 2000).

### 3 Procedimentos Metodológicos

Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa exploratória, a qual visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou construir hipóteses, tendo como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Com este foco, a pesquisa de campo foi realizada nas cidades de Campina Grande, São Bento, Juarez Távora e João Pessoa, no estado da Paraíba, e teve como finalidade conhecer a dinâmica do APL e entrevistar as organizações que o compõem, a fim de atender aos objetivos propostos na presente pesquisa.

O grupo pesquisado (respondentes) se caracterizou por empresários pertencentes ao APL (artesãos, empresários e microempresários), funcionários dessas microempresas.

Adotou-se o método estudo de caso, procedimento esse indicado para estudos em que se trabalha com um caso específico, que se considera típico ou ideal para explicar determinada



situação. Este método permite tratar uma situação-problema com maior profundidade, possibilita maior integração de dados e é útil em fase inicial de investigação, quando se busca ampliar o conhecimento a respeito de determinado tema, complementando adequadamente a pesquisa exploratória.

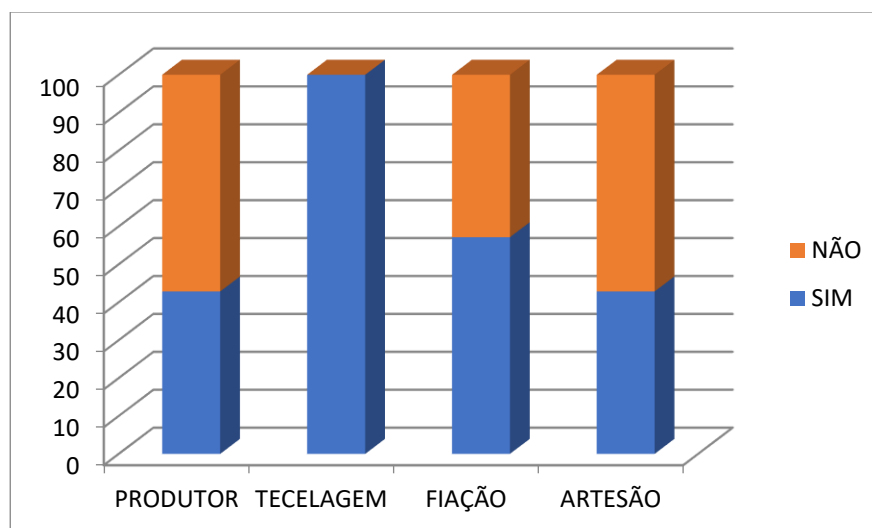
## 4 Resultados e Discussão

### 4.1 Relacionamento entre os atores do APL com foco na confiança

Objetivou-se nesse item uma análise acerca dos relacionamentos dos participantes do APL com foco nos constructos confiança e comprometimento.

Antes de adentrarmos nesse objetivo, importante demonstrar quais categorias de atores pertencentes ao APL interagem entre si. O gráfico 1 demonstra que todos têm relação direta com a tecelagem (100%); 42,85% tem relação direta com o produtor de algodão; 57,14% tem relação direta com a fiação; 42,85% tem relação direta com artesão.

**Figura 1 - Ramos de atividade com os quais os atores do Arranjo Produtivo Local de Confeções e Artefatos de Algodão Colorido do Estado da Paraíba possuem relações diretas**



Fonte: Elaborado pelos autores

### 4.2 Confiança

O bom desempenho de qualquer cadeia, arranjo ou rede depende dentre outros elementos da confiança, sendo o compartilhamento de informação entre os parceiros um fator determinante da confiança (PUTNAN, 2016).

Conforme Sheppard e Sherman (1998) o nível mais elevado de confiança é aquele em que há interdependência profunda entre os parceiros. Conforme os autores, embora a confiança seja estudada como uma entidade em que o risco é aceito irracionalmente, ela também pode ser vista como um componente natural e essencial do relacionamento humano, o qual as pessoas procuram gerenciar, de acordo com a profundidade da dependência ou interdependência envolvida (Quadro 9).

**Figura 1 – Grau de dependência na relação entre os atores do Arranjo Produtivo Local de Confeções e Artefatos de Algodão Colorido do Estado da Paraíba**





Tipo de respondente:	Qual o grau de dependência com as empresas com as quais o senhor se relaciona?
Produtor	1
Microempresário	5
Microempresário	3
Artesão – Vila do Artesão	5
Artesão – Vila do Artesão	5
Artesão – Vila do Artesão	4
Artesão – Vila do Artesão	5
Artesão – Vila do Artesão	1

Fonte: Elaborado pelos autores

\*Sendo 1 não dependente e 5 totalmente dependente

Quanto ao grau de dependência, com exceção de um artesão e do produtor rural os demais apresentam um grau razoável de dependência.

É possível verificar, ainda, a interdependência recíproca dos entrevistados uma vez que dentre os 8 entrevistados 5 responderam “não” para o questionamento “Se mudassem as empresas acima o senhor teria o mesmo resultado/benefício?”.

Assim, considerando o entendimento de Sheppard e Sherman (1998), no sentido de que existe confiança quando há interdependência entre os parceiros, os resultados apontam para a presença da confiança no caso do APL em estudo.

## 5 Conclusões

A partir da pesquisa realizada também foi possível observar que a presença da confiança é maior entre os microempresários de maior projeção, ou seja, que têm uma maior produção, os quais produzem bolsas, redes e confecção. Já para os artesãos que têm uma produção pequena de artefatos (bonecas, bijuterias e enfeites) a percepção é de baixo índice de confiança.

É importante mencionar que a questão da falta de confiança entre os pequenos artesãos se deve ao fato de que houve um caso de falsificação de tecidos de algodão colorido na região. As vítimas do algodão falsificado foram justamente os pequenos artesãos que compraram algodão colorido de terceiros, produziram seus artefatos e, posteriormente, receberam reclamação de clientes. Em 2011, surgiram comentários dando conta de que alguns industriais têxteis da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte estavam tingindo fios de algodão branco convencional com as cores terrosas do algodão naturalmente colorido (marrom e bege) repassando para os artesãos e confeccionistas, que fabricariam seus produtos e os revenderiam como se feitos com algodão naturalmente colorido. Isso certamente se reflete na verificada percepção do baixo índice de confiança.

Os microempresários do ramo da confecção e produção de bolsas, bem como a empresa que produz redes, apresentaram uma percepção de elevado grau de confiança nos relacionamentos interorganizacionais dentro do APL. Nesse sentido foi a declaração do sócio fundador da Santa Luzia Redes e Decorações que, quando questionado acerca dos relacionamentos entre os atores do APL, respondeu: Nós somos de uma cidade pequena, somos todos amigos, trocamos ideias, participamos de feiras juntos, às vezes até no mesmo estande.

## Referências

AZEVEDO, P.F. Nova economia institucional referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agriculturas**, v.47, n.1, p.33-52, 2000.



- BEGNIS, H.S.M.; ESTIVALETE V.; PEDROZO, E. Trust, opportunistic behavior and contract breakdowns in the south brazilian tobacco chain. **Gestão & Produção**, v.14, n.2, p.311-322, maio/ago. 2007.
- BREI, V.A.; ROSSI, C.A.V. Confiança, valor percebido e lealdade em trocas relacionais de serviço: um estudo com usuários de Internet Banking no Brasil. **Revista de Administração contemporânea**, v.9, n.2, p.145-168, Apr./June. 2005.
- CAO, M.; ZHANG, Q., Supply chain collaboration: impact on collaborative advantage and firm performance. **Journal of Operations Management**, Amsterdam, v. 29, n. 3, p. 163 - 180, 2011.
- CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003
- COSTA, A.; COSTA, B. Cooperação e capital social em arranjos produtivos locais. In: Encontro Nacional de Economia, 33., 2005. Natal. **Anais...** Natal: ANPEC, 2005. Disponível em: <[www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A113.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A113.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2016.
- CUNHA, C.R.; MELO, M.C.O.L. A confiança nos relacionamentos interorganizacionais: o campo da biotecnologia em análise. **RAE electron**, v.5, n.2, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482006000200009>>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- CUNHA, J.A.C.; TERRA, L.A. A. Diferenciando os clusters dos arranjos produtivos locais. **Ciências sociais Aplicadas em Revista**, v.8, n.15, p.09-25, 2008.
- DIAS, R.M. **Redes estratégicas: A influência do capital social na formação do capital intelectual de empresas focais**. 2009. 232f. Tese (Doutorado) - Escola Brasileira de Administração Pública e Empresarial, Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2009.
- FARINA, E.M.M.Q.; AZEVEDO, P.F.; SAES, M.S.M. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Ed. Singular, 1997.
- GASPAR, M.A.; BORGATO, F.; LIMA, I.C. Estratégia de atuação em rede de negócios: estudo de caso no pequeno varejo de alimentos. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v.1, n.3, p.3-16, 2013.
- GULATI, R. Alliances and Networks. **Strategic Management Journal**, v.19, n.4, p.293-317, 1998.
- KLEIN, L.L.; PEREIRA, B.A.D. Compreendendo a integração interorganizacional: quais as mudanças que ocorrem na empresa devido a sua entrada em uma rede? **Revista Gestão & Planejamento**, v.14, n.3, p.560-579, 2013.
- LOPES, F.D.; BALDI, M. Laços sociais e formação de arranjos organizacionais cooperativos: proposição de um modelo de análise. **Revista de Administração Contemporânea**, v.9, n.2, p.81-101, 2005.
- MARQUES, A.; COELHO, A. Os antecedentes da confiança e do compromisso relacional. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v.6, n.14, p.67-75, 2004.
- PERROW, C. Small-firms networks. In: Nohria, N.; Eccles, R. G. (Eds.). **Networks and organizations: structure, form, and action**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.



# VIII Simpósio da Ciência do Agronegócio 2020

“Inovação e Empreendedorismo no Agronegócio”

Nos dias 05 e 06 de Novembro  
Porto Alegre - RS



SACOMANO NETO, M.; TRUZZI, O.M.S. Posicionamento estrutural e relacional em redes de empresas: uma análise do consórcio modular da indústria automobilística. **Gestão da Produção**, v.16, n.4, p.598-611, out./dez. 2009.

SHEPPARD, B.H.; SHERMAN, D.M. The grammars of trust: a model and general implications. **Academy of Management Review**, v.23, p.422-437, 1998.

SILVA, L.C. **Cadeia produtiva de produtos agrícolas**. Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. 2005. Disponível em: <<http://www.agais.com/manuscript/ms0105.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SOUZA, M.C.M. A produção de têxteis de algodão orgânico: uma análise comparativa entre o subsistema orgânico e o sistema agroindustrial convencional. **Agricultura em São Paulo**, v.47, n.2, p.83-104, 2000.

VELUDO, M.L.; MACBETH, D.; PURCHASE, S. Framework for relationships and networks. **Journal of Business & Industrial Marketing**, v.1, n.4, p.199-207, Aug. 2006.

VERSCHOORE, J.R.S; BALESTRIN, A. Ganhos competitivos das empresas em redes de cooperação. **RAUSP Revista de Administração**, v.1, n.1, 2008.

VILHA, A.P.M.; CARVALHO, R.Q. Desenvolvimento de novas competências e práticas de gestão da inovação voltadas para o desenvolvimento sustentável: estudo exploratório da Natura. **Cadernos EBAPE.BR**, v.3, n.esp., p.1-15, 2005.

ZAHEER, A.; MCEVILY, B.; PERRONE, V. Does trust matter? Exploring the effects of interorganizational and interpersonal trust on performance. **Organization Science**, v.9, n.2, p.141-159, 1998.

ZHANG, X.; CHEN, R. Examining the mechanism of the value co-creation with customers. **International Journal of Production Economics**, v.116, n.2, p.242-250, 2008.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness**: uma aplicação da nova economia das instituições. 1995. 238 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.